

Policy Paper

**INDÚSTRIA DE DEFESA NACIONAL - OPORTUNIDADES PARA O
DESENVOLVIMENTO**

julho 2025

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E DEFESA DA SEDES

OBSERVATÓRIO DE OBSERVATÓRIO INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E ENERGIA DA SEDES

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DA SEDES

Indústria de Defesa Nacional - Oportunidades para o Desenvolvimento

*OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA E DEFESA DA SEDES
OBSERVATÓRIO DE OBSERVATÓRIO INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E ENERGIA DA SEDES
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DA SEDES*

julho de 2025

Coordenação: Proposta conjunta do Observatório de Segurança e Defesa (OS&D – Major-General João Vieira Borges e Tenente-General Alfredo Pereira da Cruz), do Observatório de Políticas Económicas e Financeiras (OPEF - Professores Carlos Alves e Carlos Tavares) e do Observatório Indústria, Inovação e Energia (OBSIIE - Engenheiros Luís Mira Amaral e João Jesus Ferreira).

O presente documento beneficiou das discussões no âmbito do Observatório de Segurança e Defesa, do Observatório da Indústria, Inovação e Energia e do Observatório de Políticas Económicas e Financeiras da SEDES.

Indústria de Defesa Nacional - Oportunidades para o Desenvolvimento

I – Enquadramento e Proposta de Orientação Política

A guerra na Ucrânia, o conflito no Médio Oriente e as mudanças na liderança da América são ameaças à estabilidade internacional. A União Europeia (UE), perante a ressurgência das novas ameaças securitárias, assume a necessidade urgente de largos investimentos na sua segurança e defesa, situação agravada com a nova política externa americana, agregada a uma guerra comercial de grande imprevisibilidade.

A natureza da orientação política em curso sob a nova administração norte-americana tem raízes e implicações ideológicas, económicas e geopolíticas, com profundas consequências para o mundo. A nova administração tentará manter a condição de potência hegemónica, face ao desafio económico, industrial e tecnológico posto sobretudo pela China.

Para a presidência Trump parecem ser menos importantes as relações com os seus parceiros, amigos e aliados, evidenciando privilegiar vantagens económicas ou comerciais circunstanciais. A UE, com a postura da nova administração norte-americana, onde foi reafirmado que, para os EUA, a defesa da UE não era prioridade e o seu contributo e postura na NATO iria ser considerada, terá de assumir custos adicionais para garantir uma defesa autónoma. Pela primeira vez, depois de quase dois séculos de um relacionamento profundo, a UE vê com enorme preocupação que as relações de amizade e cooperação transatlânticas não são um dado inquestionável.

Perante as novas realidades geopolíticas e geoestratégicas globais, nomeadamente no isolacionismo dos EUA e da renovada ameaça russa, a UE acordou da sua longa letargia, de mais de 50 anos de desinvestimento na sua segurança e defesa. Finalmente assumiu a necessidade de apostar no desenvolvimento de capacidades autónomas para a sua segurança e defesa.

Sem autonomia estratégica e sem dissuasão própria, a UE não é livre. O rearmamento europeu é, neste contexto, crucial e sem ele a UE arrisca-se a ser irrelevante na cena mundial. A re-industrialização europeia é vital. A estratégia para as indústrias ligadas à defesa pode ser, neste contexto, um elemento muito importante.

O conceito de indústrias duais

Seria de grande importância que a UE, no desenvolvimento de uma *Defense Industrial Base* – DIB (base industrial de defesa) europeia, adotasse o conceito de indústrias duais praticado nos EUA, onde o Departamento de Defesa (Pentágono) entrega às empresas privadas grandes contratos de desenvolvimento de equipamentos militares. O contribuinte norte-americano, através dos gastos de despesa da administração pública, paga o desenvolvimento dessas tecnologias e a partir daí as empresas facilmente desenvolvem produtos para aplicações civis utilizando tais tecnologias, o que leva a que os impulsos de despesa pública tenham óbvios efeitos de *supply-side* na economia, com a dinamização do lado da oferta e a criação de valor no mercado com a produção de bens e serviços de forte conteúdo tecnológico. Acresce que alguns dos desenvolvimentos militares poderão ter aplicação civil direta, em domínios como a proteção e o combate aos incêndios e o controlo e exploração da zona económica marítima. É, pois, numa lógica de duplo aproveitamento da despesa, civil e militar, que esta deve ser primordialmente realizada.

Uma indústria de defesa pan-europeia e um mercado único para a defesa

O anunciado aumento das despesas militares deveria ter por base uma indústria de defesa pan-europeia. A Comissão Europeia (CE) começou por anunciar um gasto de 800 mil milhões de euros, sem ter previamente feito um programa credível para construir essa indústria pan-europeia. Um ambicioso programa europeu para as indústrias de defesa deveria assentar no estímulo da formação de consórcios entre empresas e universidades europeias para o desenvolvimento e produção de tecnologias militares, privilegiando o conceito de indústrias duais. Neste contexto, poder-se-á também aproveitar capacidades que ficam ociosas, por exemplo na indústria automóvel.

Tal como em outros domínios, precisamos de um verdadeiro mercado único para a defesa, aumentando a concorrência entre fornecedores e também as compras conjuntas a nível europeu, o que harmonizaria os padrões entre as forças armadas dos estados-membros e levando a ordens de compra de maior dimensão com menores preços unitários.

A maior parte do equipamento militar que não está disponível na UE (como por exemplo os satélites de partilha de *intelligence*) não poderá (ou desejavelmente não deverá) ser produzida por um estado-membro sozinho, precisando de um esforço pan-europeu.

No caso português, os investimentos deverão ser objeto de escolha criteriosa, aproveitando as vantagens relativas de sectores industriais já existentes e privilegiando as áreas que possuam maiores externalidades e efeitos de arrastamento sobre outras áreas industriais.

A restrição financeira e as externalidades dos novos investimentos

Ao mesmo tempo, haverá que cuidar dos impactos que o incentivo à despesa, implícito no referido programa europeu, terá sobre as finanças públicas e os equilíbrios macroeconómicos dos estados-membros. Com efeito, a proposta de exclusão de despesas do saldo orçamental – ou o aumento dos limiares de classificação dos défices como excessivos – é um mecanismo que se tem revelado perigoso noutras circunstâncias, já que as despesas se refletem inexoravelmente na dívida pública e, conseqüentemente, na sua sustentabilidade. Isso implica a consideração da diversidade de situações entre estados-membros, onde mais de metade dos países apresentam um peso da dívida no PIB abaixo do valor de referência de 60% (alguns que têm cerca de metade) e um grupo de seis países que têm um peso próximo ou superior a 100% (onde Portugal ainda se inclui). Essa diversidade deverá implicar diferentes níveis do esforço de despesa que pode ser pedido a cada estado-membro. E para a UE como um todo – em especial para a área euro – terão de ser bem avaliadas as implicações dos aumentos propostos sobre as condições da política monetária e sobre o custo da dívida de médio e longo prazo dos países europeus.

A consideração da diversidade de situações financeiras poderá ser concretizada através do complemento do esforço financeiro de cada estado-membro por um fundo europeu focado em compras pan-europeias e no apoio aos estados-membros mais vulneráveis financeiramente, entre os quais Portugal se encontraria, neste esforço conjunto. E isto sem deixar de ter em conta que as conseqüências macroeconómicas para a UE como um todo serão idênticas em qualquer caso.

As mais recentes decisões – a que nos referiremos mais adiante – de aumentar muito significativamente os compromissos mínimos de despesas de defesa de cada país, independentemente de verificação da sua necessidade efetiva, levantam novas questões de racionalidade e de gestão dos orçamentos nacionais. Com efeito, são estes que terão de contemplar as despesas decorrentes daqueles compromissos fixados com carácter absoluto, aparentemente sem cuidar de uma avaliação das necessidades reais e da capacidade de suportar os níveis propostos sem sacrifício de outras despesas essenciais e/ou dos equilíbrios macroeconómicos.

Um mecanismo europeu de defesa

Como afirmado, um mercado único de defesa seria importante, mas tal requer unanimidade entre os estados-membros. Uma hipótese para ultrapassar tal dificuldade seria criá-lo por Tratado Intergovernamental que lançaria também um Mecanismo Europeu de Defesa (EDM-*European Defence Mechanism*). Seria aberto a todos os estados-membros, bem como ao Reino Unido, país que parece absolutamente crucial neste esforço europeu conjunto.

II – Proposta para o Desenvolvimento da Indústria de Defesa Nacional

No atual estágio conflitual global, nomeadamente na UE, com a política da nova administração norte-americana, a defesa da UE não é prioridade para os EUA e existe o risco de estes não respeitarem o artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, o seu pilar estratégico.

Perante as novas realidades geopolíticas e geoestratégicas globais, nomeadamente a nova orientação dos EUA, e a renovada ameaça russa, a UE sentiu a necessidade de apostar no desenvolvimento de capacidades autónomas para a sua segurança e defesa. A UE sabe, pela experiência histórica, que a paz e a dissuasão no continente europeu, só são exequíveis através das capacidades militares efetivas.

Com base no relatório Draghi, *“The future of European competitiveness”*, de setembro de 2024, a UE iniciou o processo de regeneração da segurança e defesa da Europa. Nesse sentido a UE elaborou e apresentou dois importantes documentos: o *European Union Defence Industrial Strategy – EDIS* e o *European Defence Industry Programme (EDIP)*, com o propósito de aumentar a prontidão das indústrias de defesa europeias no médio/longo-prazo. Em síntese, a Comissão Europeia pretende que os estados-membros comprem os equipamentos militares em conjunto e que os comprem na UE. A EDIS tem como objetivo a prontidão da DIB (Defense Industrial Base) europeia, através do investimento colaborativo da UE, na investigação e desenvolvimento (I&D), na produção, no “procurement” e na sua posse.

O *“White Paper (livro branco) for European Defence – Readiness 2030”* foi recentemente apresentado, como parte do programa *ReArm Europe Plan/Readiness*, um ambicioso programa de defesa com um financiamento de 800 mil milhões de euros a 4 anos.

No âmbito do *“White Paper for European Defence – Readiness 2030”*, foi aprovado o *“Security Action for Europe (SAFE)”*, um pacote de financiamento com o objetivo de maior autonomia estratégica e menor dependência do armamento norte-americano. Este pacote, no valor de 150 mil milhões de euros, é parte do pacote de 800 mil milhões, e será conseguido através dos mercados de capitais, e redistribuídos para os estados membros através de empréstimos. A UE excluiu os EUA do SAFE.

Uma Indústria de Defesa Nacional

O desenvolvimento de uma base industrial de defesa baseia-se fundamentalmente em dois fatores, uma boa capacidade industrial e uma forte componente de I&D. O desenvolvimento de um qualquer sistema de armas de elevada tecnologia exige elevados investimentos em I&D que se espera sejam posteriormente recuperados na venda e na exportação. A industrialização tem como objetivo aumentar a eficiência e gerar mais riqueza, contribuindo assim para o progresso da economia e da sociedade. No caso da defesa, o objetivo principal do desenvolvimento de uma indústria de defesa é o aumentar da segurança e, simultaneamente, reduzir as dependências externas. Uma indústria que deverá conduzir ao desenvolvimento de novas tecnologias, como a nanotecnologia, a biotecnologia, a robótica e a inteligência artificial, entre outras áreas. Portugal já tem um dinâmico cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa (AED), mas ainda não tem uma indústria de defesa sustentada, com algumas exceções na indústria aeronáutica, na construção naval, na área das comunicações e na manutenção de aeronaves. A maioria das empresas do setor da indústria de defesa nacional ainda são *startups*, sem peso específico internacionalmente. Para serem competitivas no mercado externo é fundamental criar parcerias com empresas internacionais. Para edificar uma indústria de defesa nacional, há duas grandes lacunas a ultrapassar: as grandes fragilidades na base industrial de defesa e uma fraca capacidade de investigação (ou pelo menos a sua não orientação para aplicações no domínio da defesa). Embora o país previsivelmente venha a ter condições para construir uma base industrial de defesa, essa capacidade, por limitações de vária ordem, nunca deverá ser desenvolvida nas áreas de equipamentos militares pesados. O esforço de desenvolvimento deverá ser orientado

para investimentos inteligentes e pragmáticos na edificação de indústrias de defesa de elevada tecnologia. Não dispondo de uma indústria de defesa minimamente desenvolvida e consolidada, o país estará sempre dependente da aquisição no exterior de equipamentos militares pesados. Como referido anteriormente, um dos pilares para uma boa capacidade industrial é a forte componente de I&D e isso significa investimento. Uma base industrial de defesa nacional, vai obrigar a fortes investimentos, e isso infelizmente não acontece em Portugal. Uma indústria de defesa nacional que cubra todas as necessidades da modernização das Forças Armadas portuguesas (FFAA), nomeadamente em equipamentos pesados, dificilmente será viável, por duas razões básicas. Primeiro, as aquisições pelas FFAA seriam mínimas. Segundo, as exportações num mercado altamente competitivo seriam muito pouco plausíveis. Importa, pois, ser-se cuidadoso e prudente na definição de políticas de incentivo à constituição das indústrias. Contudo, isso não obsta à criação de áreas de “nicho tecnológico”, onde o país possa ser competitivo e contribuir para o esforço europeu e aliado na segurança e defesa (S&D) europeia. As universidades portuguesas formam excelentes especialistas e isso permite antever capacidade competitiva em algumas áreas que são cruciais nas guerras modernas, nomeadamente a Cyberwar, a indústria de drones militares, as comunicações, materiais compósitos, manutenção de aeronaves e o fabrico de munições.

Portugal teve durante muitos anos uma sólida indústria de fabrico de munições e de manutenção de aeronaves, ambas reconhecidas internacionalmente. O país dispõe de bons especialistas em Cyberwar, no desenvolvimento e produção de equipamentos de comunicações e drones nestas áreas específicas. O país também já tem algumas empresas privadas na área de drones e comunicações, com capacidade de exportação. Portugal dispõe de indústrias competitivas nas áreas dos têxteis, vestuário, calçado, máquinas e ferramentas. Possui, com alguma relevância, serviços de tecnologias de informação e comunicação e apresenta capacidades tecnológicas muito relevantes, em áreas específicas como a biotecnologia, a química, a eletrónica, a tecnologia dos materiais, as tecnologias digitais e as tecnologias de produção.

Estas áreas apresentam elevado potencial para se desenvolver uma base industrial de “nicho” e dar um contributo importante para a S&D europeia e com capacidade de exportação. Para tal, o país precisa de investir fortemente na I&D. É fundamental que o Estado assuma a liderança do processo promovendo, estimulando e participando em parcerias com universidades e com empresas.

A progressiva europeização das cadeias de fornecimento de sistemas de defesa é crucial. Um mercado comum tem o potencial de encorajar a cooperação, ou mesmo conduzir à fusão de empresas nestes setores, criando empresas inovadoras de média dimensão. Pode também permitir o acesso a mercados nacionais de equipamentos e componentes de defesa, aumentando a abertura da forma mais efetiva do que anteriormente.

Estratégia para a Indústria de Defesa Nacional – EIDN

A visão e o planeamento de uma Estratégia para a Indústria de Defesa Nacional, deverá assentar em três princípios básicos – **Incrementar, Colaborar e Entregar**. **Incrementar** o investimento na investigação científica, **Colaborar** com as universidades, com as empresas privadas nacionais e internacionais e **Entregar** o produto final ao utilizador/cliente.

Portugal é membro de pleno direito da UE, como tal deverá assentar em pressupostos aprovados pela Comissão Europeia acerca da estratégia de defesa para a UE.

O primeiro passo para a criação e desenvolvimento de uma indústria de defesa nacional, que tenha em conta as nossas necessidades e capacidades, será a elaboração e a aprovação pelo governo de uma

Estratégia para a Indústria de Defesa Nacional (EIDN). O Documento deverá responder a três questões básicas: **Porquê; Como; Com Quem**. A EIDN deverá ser elaborada em consonância e em linha com a proposta da Comissão Europeia para a aprovação da *Defense Industrial Strategy – EDIS* e a *European Defence Industry Programme (EDIP)*, pois são documentos enquadrantes da futura arquitetura das indústrias de defesa da UE. A EIDN deverá ser elaborada de acordo com as diretivas expostas no “*White Paper for European Defence – Readiness 2030*” e baseada nas prioridades nele definidas.

Portugal deverá apostar em áreas onde residam algumas capacidades tecnológicas das suas indústrias de defesa ou outras que possam contribuir para o esforço de apoio às indústrias de defesa europeias. Podemos dar um importante contributo, como referido, nas áreas de fabrico de munições, nos Drones, na IA, Cyberwar, comunicações, EW e sistemas espaciais. As capacidades militares não residem exclusivamente nos armamentos e nos sistemas de armas altamente sofisticados, mas igualmente abrangem áreas onde o país é competitivo, como os têxteis, vestuário, calçado, máquinas e ferramentas, que podem ser um forte contributo para aumentar o potencial de combate das forças militares.

A EIDN, como documento fundamental e essencial, deverá envolver vários parceiros, incluindo os setores públicos, privados e as universidades. Para a elaboração da EIDN deverá ser constituído um grupo de especialistas, no âmbito do Primeiro-Ministro e coordenado pelo Ministro da Defesa Nacional, onde deverão estar presentes os ministérios da Defesa, Economia, Educação Ciência e Inovação, Finanças, Justiça e as universidades. A EIDN deverá conter diretivas claras sobre o nível de financiamento e investimentos, públicos ou privados, incluindo a investigação, as parcerias e as fases de produção e *procurement*.

Parcerias – Estado, Universidades e Indústrias Privadas

De acordo com a proposta do “Relatório Draghi”, pretende-se para a UE a criação de uma economia moderna de elevada componente tecnológica, onde fará parte uma indústria de defesa, que possa competir com as mais fortes economias mundiais, particularmente os EUA e a China.

O Estado português deverá, a nível nacional, ser a força motriz e o motivador da criação de parcerias entre as universidades, os centros de investigação e as indústrias privadas, através de acordos e convénios entre as diversas entidades. O país deve aproveitar os programas europeus de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico como o Horizonte Europa para fazer entrar empresas e universidades portuguesas nos consórcios europeus.

A nível internacional e no âmbito do *European Defence Industry Programme (EDIP)* deverá procurar parcerias com as universidades europeias e indústrias privadas nas áreas da indústria de defesa. Fora do âmbito da UE, as parcerias com países aliados não deverão se descuradas, nomeadamente com países como o Reino Unido e os EUA, este último, sendo um dos maiores fornecedores de equipamentos militares às FFAA nacionais.

Num mundo em acelerado desenvolvimento tecnológico é fundamental e vital que se criem sinergias entre vários atores, nacionais e internacionais.

Envolvente financeira

Perante o desinvestimento das nossas FFAA, nomeadamente nos últimos 20 anos, há necessidade de as modernizar e aumentar as suas capacidades operacionais. Não será tarefa fácil e vai obrigar a fortes investimentos e maior esforço financeiro. No quadro da NATO, Portugal deve assumir os compromissos dentro da Aliança Atlântica, tendo como premissa essencial não pôr em causa a saúde

da economia nacional. Durante anos, a despesa nos orçamentos de defesa foram sobretudo nas áreas de pessoal (60% do total) e não em equipamento. O cumprimento dos compromissos com a NATO, sobre os investimentos nos equipamentos militares, configurará um fator de pressão adicional sobre as finanças públicas.

As FFAA nacionais estão debilitadas e a indústria de defesa é incipiente. O governo terá de encontrar condições de financiamento para modernizar as forças militares e para adotar as políticas de incentivo à criação de uma indústria de defesa, que venham a ser desenhadas, em coordenação e em parceria com outras indústrias europeias. Neste contexto, não poderão deixar de ser equacionados os mecanismos de financiamento previstos no *“White Paper”* e no SAFE. Porém, como referido na Parte I, é preciso ter presente que a dívida a contrair, independentemente da sua origem, vence juros e tem de ser reembolsada, pelo que há que ter sempre presente as restrições financeiras de modo a não comprometer as finanças públicas e o equilíbrio macroeconómico. Também se reitera que o esforço a ser feito, tem de ter em conta os seus impactos na economia, e deve privilegiar a aplicação dual, militar e social, dos investimentos.

III – Propostas de Ação

Depois de décadas de falta de investimento nas áreas de segurança e defesa em Portugal, nomeadamente na modernização das nossas FFAA, com uma economia com algumas limitações, não será possível nem viável financeiramente a aquisição de sistemas de armas mais modernos num ano. Terá de haver um período bastante alargado para efetivamente se conseguir, paulatinamente, a tão necessária modernização dos meios necessários para cumprir as tarefas militares, conforme definido nas missões específicas atribuídas às FFAA.

O programa de modernização das FFAA e a devida fundamentação financeira terão de ser objeto do Poder Político. O Poder Político é o responsável por priorizar as reais necessidades da defesa e soberania nacionais, fundamentadas nos documentos enquadrantes, nomeadamente na Lei de Defesa Nacional, no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e com os compromissos assumidos com a NATO. Vejamos então, algumas das principais propostas de ação:

A. Avaliação Estratégica.

- A avaliação estratégica terá de considerar prioritariamente a soberania nacional, não esquecendo a imensidão do Mar sob responsabilidade nacional e, em segundo lugar, a envolvente geopolítica e geoestratégica internacional, nomeadamente o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.
- Ao contrário de muitos entusiastas das novas tecnologias, as guerras convencionais não são uma “coisa do passado”, elas irão continuar a acontecer. Contudo, é necessário recentrar as análises perante as novas ameaças, nomeadamente, as guerras híbridas, a cyberwar, as ameaças energéticas, económicas e migratórias;
- Deve ainda, priorizar ameaças não convencionais, designadamente: ciberataques, desinformação, crises energéticas e migratórias.

B. Plano Realista para Portugal (% do PIB)

- Portugal deverá acompanhar os compromissos assumidos pela NATO para o futuro dos orçamentos de defesa dos países aliados, sem prejuízo de se bater por uma aplicação racional e flexível desses compromissos, tendo em conta a especificidade das situações nacionais. Perante as limitações e as vulnerabilidades da economia nacional, Portugal terá de ser prudente e manter o teto dos seus orçamentos de defesa de acordo com a aplicação que venha a ser definida desses compromissos;
- Portugal deve criar um Fundo Nacional em Inovação em Defesa, vinculado ao PRR e Horizonte Europa, para financiar startups e parcerias universidades-empresas.

C. Reorientar a EIDN para complementar as capacidades de Duplo Uso

- As capacidades militares são fundamentalmente edificadas para o combate, e essa é a sua missão primária. Contudo, é muito importante que algumas dessas capacidades, em tempo de paz possam ter uma utilização complementar em apoio da vida humana, conforme explicitado nas missões das FFAA, as chamadas capacidades militares de “Duplo Uso”, nomeadamente, os fogos florestais, as catástrofes, o salvamento no mar e a proteção de infraestruturas críticas, entre outras.

D. A EIDN e a aplicação a áreas tecnológicas de aplicação civil-militar.

- Entre as áreas tecnológicas de aplicação simultaneamente civil e militar destacam-se:
- Cibersegurança;

- Espaço e Comunicações;
- IA e Robótica;
- Energia e resiliência de infra-estruturas;
- Tecnologias para proteção civil e ambiental.

E. Coordenação UE/NATO

No âmbito da necessária coordenação entre a UE e a NATO, destacam-se quatro ações a desenvolver, a saber:

- Discutir com a Comissão Europeia, sobre o plano europeu expresso no “*White Paper*” e no *European Union Defence Industrial Strategy – EDIS* e *European Defence Industry Programme (EDIP)*;
- Prioritizar compras colaborativas apenas para sistemas críticos, nomeadamente os setores onde residem as maiores deficiências da Europa em capacidades militares, evitando duplicações;
- Condicionar os planos europeus, nas áreas da indústria de defesa europeia, a critérios objetivos;
- Propor que a UE só avance com projetos de defesa se estiver articulado com a NATO e os EUA (sem duplicações), se tiver metas operacionais claras e se for avaliado por entidades independentes (ex.: tribunal de contas europeu).

F. Integrar a Indústria de Defesa Nacional no contexto da soberania tecnológica

Neste aspeto é fundamental ter em atenção que:

- A defesa deve ser uma componente de estratégia tecnológica nacional, não um fim em si mesma;
- Os investimentos devem estar subordinados aos objetivos, de desenvolvimento económico, autonomia tecnológica em setores críticos e valorização de conhecimentos e da juventude qualificada.

G. Diplomacia Industrial e Económica

O instrumento diplomático deve ser associado à indústria e à economia de modo a:

- Fortalecer alianças com países neutros ou não alinhados para diversificar parcerias tecnológicas;
- Participar ativamente em fóruns de desarmamento e controle de armas para reduzir tensões globais.

H. Comunicação Transparente

As ações devem ser desenvolvidas a par de uma comunicação transparente com os cidadãos em geral, a saber:

- Realizar um debate público sobre prioridades de defesa, vinculando-as a benefícios civis (ex.: tecnologias duais para saúde ou energia);
- Destacar como a defesa contribui para a estabilidade económica (ex.: proteção de infra-estruturas portuárias).

IV - Síntese Conclusiva

Durante muitos anos, os países membros da NATO tiveram como dado adquirido que a sua segurança e defesa militares seriam asseguradas por esta aliança, tendo-se por adquirida a aplicação automática do artigo 5º, o pilar fundamental do Tratado de Washington. Muitos países da Europa continental, assumiram um comportamento de *free riding*, no pressuposto de que os países militarmente mais desenvolvidos, designadamente os EUA, assegurariam a sua defesa.

Em muitos casos 10 países em 32 (no início de 2025), incluindo o português, têm incumprido o compromisso de aplicar o equivalente a 2% do PIB em defesa e segurança acordado na cimeira de Gales (2014). A orientação política da nova administração dos EUA, materializada na recente cimeira da NATO (Haia), foi no sentido do cumprimento dos 2% até ao final de 2025 e de 5% do PIB até 2035, divididos entre 3,5% (para defesa militar de forma direta) e 1,5% (para defesa indireta – infraestruturas de dupla utilização, cibersegurança, prontidão e resiliência estratégica), e com revisão prevista para 2029. A isto acresce a situação criada com a invasão da Ucrânia pela Rússia, tornando patente um sentimento de insegurança particularmente no leste da Europa.

Por tudo isto, parece claro que, sem prejuízo da manutenção e do desejável reforço da NATO, e da aliança histórica da UE com os EUA, importa que a UE disponha de capacidade de defesa autónoma, sem depender de terceiros. Isso implicará um esforço na área das despesas militares que, no que respeita a Portugal, deve ser encarado numa dupla perspetiva. Por um lado, devem ser privilegiadas despesas e investimentos que tenham aproveitamento dual, militar e social. Por outro lado, deve aproveitar-se o incremento substancial e sustentado da procura por equipamentos militares para desenvolver a oferta do país neste setor de atividade, designadamente no quadro de redes internacionais de investigação e de criação de valor. Neste documento, identificam-se algumas áreas onde, por força das capacidades já instaladas, o sucesso de agentes nacionais é mais provável.

Importa, no entanto, notar que o esforço que o país tenha de fazer deve sempre ter em conta que as restrições económicas e financeiras não desapareceram, e que o equilíbrio das finanças públicas não deve ser comprometido, assim como o estado social, e que não deve nunca ser esquecido que “dívida é dívida”, pelo que os juros terão de ser pagos e o capital reembolsado, independentemente da flexibilidade dos critérios contabilísticos

A defesa europeia e portuguesa deve equilibrar prudência estratégica, inovação tecnológica e diálogo diplomático. Gastos militares excessivos, baseados em ameaças sobrestimadas, só beneficiarão potências externas e prejudicarão o desenvolvimento socioeconómico. Portugal deve focar o seu investimento em nichos de alto impacto, devidamente integrados em termos de escala e de capacidades ao nível da UE e da NATO.

20

Sobre

A SEDES

A SEDES é uma das mais antigas associações cívicas portuguesas, operando, desde 1970, como um “think tank” independente, comprometido a pensar Portugal ao centro. A sua missão é promover o desenvolvimento económico e social do país, através de contributos especializados e plurais em vários setores das políticas públicas.

25